

SEIXAL INVESTE
MILHÕES EM
CINCO CRECHES
Pág. 6

PRAIAS DA ARRÁBIDA
GERAM 'GUERRA'
POLÍTICA EM SETÚBAL
Pág. 2



DERRUBE DE 'CLANDESTINOS'
PODE TRAVAR AVANÇO DO MAR
NA COSTA DA CAPARICA
Pág. 5



+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1346
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
29 maio
2026
0,50

semmais

ENTREVISTA

MARGEM SUL VAI 'MEXER' E TORNAR-SE CENTRAL NA LOGÍSTICA PORTUÁRIA

Numa longa e exclusiva entrevista, o presidente dos portos de Lisboa e Setúbal, Vítor Caldeirinha, aborda as questões centrais e decisões que preparam grandes mudanças nas plataformas portuárias. Deixa alertas e avisos, e aponta caminhos, porque, diz, "não decidir é atrasar o desenvolvimento".

Págs. 8/11



PROTEÇÃO CIVIL COM MAIS MEIOS REFORÇA DISTRITO

Estão disponíveis meios aéreos, terrestres e também, na fase mais crítica, mais de 300 bombeiros. Há equipas especializadas em preparação desde 15 de maio. A maior preocupação é não existirem máquinas de rastro em número suficiente.

Pág. 3

ICNF AUTORIZA MAIS ABATE DE JAVALIS NA SERRA DA ARRÁBIDA

Ambientalistas dizem que não é possível determinar se 700 animais mortos é razoável ou não, porque são desconhecidos os dados do ICNF relativamente às existências e danos causados. Mas a ordem é para aumentar os abates.

Pág. 4

BARREIRO QUER SER CAPITAL DA CULTURA 2028

O grande trunfo é património industrial, a memória e uma identidade muito própria de um concelho onde se cruza atividades históricas com outras contemporâneas. A candidatura já reúne o apoio de dezenas de individualidades e entidades.

Pág. 6

MOTORPOR REFORÇA
O SEU PORTEFÓLIO
NO DISTRITO DE SETÚBAL



MOTORPOR®
Saiba mais em motorpor.pt

Almada, Montijo, Palmela, Setúbal



Empresários dizem que pagamos rendas e ordenados, mas não têm areia

A época banhar começa segunda-feira, mas a APA diz que o enchimento das praias só deverá ficar concluído na segunda quinzena. Empresários dizem que gastam cerca de 5.000 euros por cada nadador/salvador e defendem que deveria haver vigilância durante todo o ano.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

AS MARÉS não estão de feição para concessionários e frequentadores das praias da Costa da Caparica. Com a época banhar a iniciar-se já segunda-feira, falta areia na maior parte daqueles espaços. Os comerciantes que alugam áreas na frente de mar queixam-se de que irão perder muito dinheiro por serem obrigados a trabalhar e a pagar rendas e ordenados numa zona que ainda se encontra a sofrer os trabalhos de reposição dos areais levados pelo mar durante as tempestades de fevereiro.

“Está tudo muito mal. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) anunciou, primeiro, que a reposição da areia deveria estar concluída em maio. Depois disseram que seria no início de junho e agora já falam que os trabalhos só estarão concluídos após a primeira quinzena. Entretanto temos rendas para pagar, funcionários a quem pagar e, inevitavelmente, um número bem mais reduzido de utentes, porque ninguém quer vir para uma praia sem areia”. O lamento é de Acácio Barradas, um dos 11 empresários que anualmente exploram espaços de apoio de praia na frente urbana da Costa da Caparica, Almada.

Acácio Barradas diz que para além dos 11 concessionários da frente urbana há, pelo menos, mais uma dezena de empresários que ficarão igualmente lesados devido à prevista pouca procura dos seus espaços: “Não é uma questão de somenos

importância e, infelizmente, nem sequer é uma novidade. No ano passado, por existirem obras no jardim em frente à Praia do Paraíso, tive dois meses de acesso condicionado à minha concessão. Acabei por deixar de faturar cerca de 50 mil euros. Queixei-me à câmara de Almada e o que me disseram é que me iam dar um mês de renda, ou seja, 1.000 euros. Desta vez, apesar de estarmos a protestar por todos os prejuízos que se avizinham, também não dão qualquer saída”.

UM CONCESSIONÁRIO PODE TER ATÉ 30 FUNCIONÁRIOS

Os concessionários de apoios de praia na frente urbana da Costa da Caparica são dos maiores empregadores da cidade durante a época banhar. Acácio Barradas diz que, em alguns casos, cada empresário pode empregar até 30 pessoas. Por outro lado, instalar materiais e pagar licenças pode ascender a 30 mil euros.

“Há muito mais despesa neste tipo de negócio do que se possa imaginar. É preciso pagar os licenciamentos, a limpeza, os nadadores e respetiva alimentação. Para que tudo isto resulte é preciso, também, que o que temos para oferecer esteja em condições de atrair pessoas. A APA não fez o enchimento das praias na altura em que devia. Agora há atrasos significativos, contas para pagar e falta das receitas estimadas”, diz ainda o concessionário, lembrando que sem cumprirem o estipulado, não é possível manter os negócios abertos.

“Os nadadores/salvadores são obrigatórios a partir de segunda-feira. Também será necessário ter nessa data todo um grupo que assegure o trabalho na praia, seja de limpeza ou de apoio aos utilizadores”, refere.

A contratação de nadadores/salvadores é, de resto, fundamental para todos os empresários que trabalham nas praias. “Sem eles não podemos trabalhar. São fundamentais no verão, porque este é um trabalho sazonal, mas também deviam existir durante todo o ano, pois como diz a presidente da câmara de Almada, seria bom ter as praias abertas durante 12 meses”, afirma Acácio Barradas. “O problema é que durante o inverno a autarquia cede apenas uma carrinha e dois nadadores/salvadores. Existe uma frente de praias de 4,5 quilómetros e, naturalmente, esse não é o número desejável de pessoas para assegurar a segurança de todos os frequentadores. Se há um problema numa ponta e depois surge um caso no extremo oposto, nem sequer há tempo para tentar qualquer salvamento. Para que funcionasse era necessário seguir o exemplo da câmara de Cascais, que tem época banhar durante todo o ano e assegura todos os meios humanos”, acrescenta.

Em 2025, nas praias da Costa da Caparica, os nadadores/salvadores fizeram mais de 500 intervenções, não se tendo verificado qualquer óbito durante a época banhar. Este ano, ainda com a época fechada, há a registar, em abril, uma morte por afogamento de um jovem de 17 anos. ■

Um nadador custa 5.000 euros

Cada nadador/salvador custa a cada concessionário cerca de 5.000 euros por época banhar. É um valor ao qual se tem ainda de acrescentar os custos das refeições fornecidas. Com um ordenado médio mensal que pode oscilar entre os 1.300 e os 1.500 euros, esta é, no entanto, uma atividade para a qual é “muito difícil” arranjar pessoal. “O grande problema é que a atividade de nadador/salvador não é uma profissão. É apenas algo que se faz sazonalmente e que obriga a certificação. Nenhum jovem que já tem o seu emprego o vai largar para vir para as praias durante três meses”, diz Acácio Barradas. O concessionário contactado pelo Semmais explica que atualmente são os brasileiros e os portugueses aqueles que trabalham como salvadores em maior número. “Também há outros rapazes sul-americanos, nomeadamente argentinos e venezuelanos, mas a maioria são portugueses a brasileiros”, refere, salientando que os nacionais são, muitas vezes, estudantes universitários que aproveitam o verão para ganhar algum dinheiro. Obter a certificação de nadador/salvador pode custar entre 180 e 250 euros, dependendo da entidade formadora. Cada curso é de 150 horas e para se frequentar o mesmo é necessário ultrapassar alguns testes físicos, tais como correr 2.400 metros até 14 minutos, nada 100 metros até 1.50 minutos, nadar debaixo de água por um período mínimo de 20 segundos ou recolher dois objetos a uma profundidade mínima de dois metros.

ATENÇÕES VIRADAS PARA ARRÁBIDA E MATAS DOS MEDOS, MACHADA E ALAMBRE

Proteção Civil com meios reforçados para fazer frente aos fogos

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A ÉPOCA mais crítica dos incêndios florestais está à porta e, na península de Setúbal, há preocupações acrescidas. O reforço de meios humanos e equipamentos é uma realidade anunciada. A ideia principal é reduzir os meros 79 hectares que arderam no ano passado. A articulação do serviço sub-regional de proteção civil com alguns concelhos tem vindo a ser aprofundada. Zonas como o Parque Nacional da Arrábida ou as diversas matas nacionais inspiram as maiores preocupações.

“Temos especiais preocupações com o Parque da Arrábida, a Mata dos Medos, a Mata da Machada e o Parque de Alambre”, disse ao Semmais o comandante Miguel Silva, principal responsável pela Sub-Região de Setúbal da proteção Civil. “É um facto que existe um reforço de meios humanos e materiais e isso tem muito a ver com a pretendida melhoria que se quer em relação ao ano passado”, acrescentou.

A melhoria aludida passa, sobretudo, por reduzir a área ardida em consequência de 502 ocorrências registadas, mas também em melhorar os índices de sucesso, que em 2025, se cifraram em 99,19 por cento relativamente ao ataque inicial aos sinistros. “De todas as ocorrências, apenas quatro não foram resolvidas nos primeiros 90 minutos”, disse Miguel Silva. No ano transato, de acordo com os bombeiros, arderam na península apenas 79 hectares.

Apesar das perspetivas otimistas, os responsáveis dos bombeiros, que trabalham diretamente com as câmaras municipais e as autoridades policiais, não esquecem algumas especificidades que, na sua opinião, podem ser determinantes nos resultados finais. “As superfícies estão cheias de combustível”, lembrou o responsável da Sub-Região de Proteção Civil de Setúbal, aludindo ao facto de as tempestades atmosféricas de fevereiro terem deixado grandes marcas nas áreas florestais e de as operações de limpeza ainda não terem sido completadas. “É verdade que temos contado com equipas de intervenção permanente durante todo o ano, assim como temos contado com o trabalho especial das equipas de combate a incêndios rurais, mas há sempre um conjunto de imponderáveis que se coloca, e a massa combustível acumulada à superfície é sempre um motivo de preocupação acrescida”, adiantou.

MAIS HOMENS, MAS FALTAM MÁQUINAS DE RASTRO

O combate aos incêndios florestais tem sido encarado, desde o início do ano, como uma prioridade para todos os nove concelhos da península de Setúbal. Miguel Silva diz que são frequentes as reuniões com várias autarquias, nomeadamente com as que têm maiores áreas florestais, e que também tem vindo a ser

Estão disponíveis meios aéreos, terrestres e também, na fase mais crítica, mais de 300 bombeiros. Há equipas especializadas em preparação desde 15 de maio. Existe, contudo, a preocupação por não existirem máquinas de rastro em número suficiente.



IMAGENS DR

explicado qual o efetivo à disposição em todo o território.

“Numa primeira fase, que se iniciou no dia 15 de maio, contamos com 54 equipas, igual número de viaturas e 266 operacionais. Estes números irão, no entanto, ser reforçados. O que se prevê é que, entre 1 de julho e 30 de setembro, que é considerada a fase mais crítica, possamos ter à disposição 63 equipas, 304 operacionais e 66 veículos”, disse o responsável da Sub-Região de Proteção Civil.

“Atualmente dispomos, comparativamente ao ano passado, de um reforço de 28 equipas, 114 elementos e 28 veículos. Além disso, relativamente aos meios aéreos, também temos à disposição, desde 15 de maio, um helicóptero bombardeiro ligeiro, que se encontra estacionado na Base Aérea nº 6, no Montijo. A partir de 1 de junho teremos ainda a possibilidade de recorrer a um outro helicóptero estacionado em Grândola e, se for caso disso, a outro que está em Mafra. Existe, de facto, um reforço das condições comparativamente ao ano passado”, acrescentou Miguel Silva.

No plano de atividades que a Sub-Região de Proteção Civil apresentou no dia 26 está expressa, no entanto, uma preocupação que os bombeiros entendem ser determinante no combate aos incêndios rurais. “Há uma falta de máquinas de rastro em toda península de Setúbal. Este é um equipamento fundamental, mas que continua a ser muito escasso”, disse o comandante Miguel Silva, lembrando que o material normalmente utilizado é propriedade das câmaras municipais. “É um constrangimento, porque os municípios não possuem um número de máquinas em quantidade e porque isso nos obriga, com alguma frequência, a recorrer a entidades particulares”, alertou. ■

PUBLICIDADE

EC.P. ENCONTRO DA CANÇÃO DE PROTESTO '26

GRÂNDOLA 5 — 7 JUNHO

CONCERTOS
Acesso livre

5 junho — sexta-feira



CONCERTO

Caamaño&Ameixeiros

21h30 — Jardim 1.º de Maio



CONCERTO

Gisela João

22h30 — Jardim 1.º de Maio

6 junho — sábado



CONCERTO

Mynda Guevara

21h30 — Jardim 1.º de Maio



CONCERTO

Selma Uamusse

22h30 — Jardim 1.º de Maio

7 junho — domingo



SESSÃO DE CANTO LIVRE

Couple Coffee
convida JP Simões

15h30 — Cineteatro Grandolense



26

Construtor suspeito de mega burla em Palmela faltou a inquirição

O CONSTRUTOR civil que é suspeito de ter burlado, no concelho de Palmela, pelo menos, 120 famílias através de contratos promessa de compra e venda que não registava e que lhe possibilitavam vender e receber adiantamentos financeiros relativos ao mesmo imóvel, foi notificado há duas semanas para ser inquirido, em Setúbal, mas não compareceu. Continuam sem se saber quais os bens que efetivamente tem e que possam ser arrestados e revertidos a favor dos queixosos.

Em causa estão valores de, pelo menos, 27 milhões que terão sido recolhidos junto de mais de 120 potenciais clientes, alguns dos quais sinalizaram a compra de apartamentos de luxo com várias centenas de milhares de euros.

O gestor judicial responsável pelo processo de insolvência tenta agora que a haver bens do construtor Romeu Joel Marçalo, os mesmos possam reverter a favor dos lesados. É, no entanto, necessário arranjar também dinheiro em dívida ao fisco (87,4 mil euros) e à Segurança Social (41,6 mil euros).

Há duas semanas o gestor requereu a presença do suspeito em tribunal, mas este não

A ideia dos credores era apurar o real valor dos bens ainda na posse do suspeito. O empresário fazia contratos de compra e venda de apartamentos de luxo em Palmela e não os registava, ficando com o dinheiro de 120 famílias.

compareceu alegando problemas de saúde. A inquirição é considerada muito importante, uma vez que poderá contribuir para que a atual situação de insolvência culposa seja transformada em insolvência dolosa. Tal transformação significa, na prática, que mesmo após a morte do arguido, as eventuais dívidas que possa deixar em consequência de um ou vários crimes, passam para a responsabilidade dos herdeiros.



“Na prática trata-se de tentar garantir que os lesados continuem a ter uma possibilidade de reaver o que lhes pertence”, explicou fonte conhecedora do processo.

“O que pode acontecer é que o juiz determine que a inquirição se venha a realizar na casa do suspeito, acabando assim por por termo à tentativa de arrastamento do caso”, adiantou ainda a mesma fonte.

Crimes terão sido cometidos

em cinco urbanizações

Joel Marçalo terá repetido os crimes de que é acusado em cinco urbanizações pelas quais seria responsável pela construção. Para além do condomínio fechado Palmela Dreams, há registo de delitos praticados com habitações do empreendimentos Alcaide Villas, Urbanização de Santa Teresinha, Ferra Cinta e Aires Dreams Living.

A Polícia Judiciária de Setúbal desenvolveu diversas

averiguações ao longo dos últimos meses e ainda tenta apurar a eventual saída de uma quantia não especificada mas calculada em “muitos milhões de euros” para contas num país africano, onde o construtor de Palmela terá relações de trabalho. Apurado está o facto de a empresa de Romeu Joel Marçalo ter alienado, a favor da sociedade Publiobra - Sociedade de Construções Civas, o empreendimento Palmela Dreams. O valor deste alienação foi de apenas quatro milhões, facto que motivou o descontentamento do gestor judicial Francisco Aires Duarte, que considerou o negócio como “altamente prejudicial para a massa insolvente e para os credores”.

O Semmais sabe que, relativamente à convocatória para ser inquirido, o construtor civil só a terá levantado na véspera do dia marcado. Romeu Joel Marçalo terá problemas de saúde graves, os quais motivaram que, depois de ser presente a um juiz de Instrução Criminal, este o tenha mandado aguardar julgamento em liberdade, apenas sujeito ao Termo de Identidade e Residência. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

ICNF autoriza aumento de abate de javalis na Serra da Arrábida

Ambientalistas dizem que não é possível determinar se 700 animais mortos é razoável ou não, porque são desconhecidos os dados do ICNF relativamente às existências e danos causado.

O AVISTAMENTO de javalis em Setúbal, de dia ou de noite, há muito que não é novidade. Os estragos causados pela espécie, seja em zonas urbanas ou rurais, são de tal modo elevados que para este ano o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), autorizou que os abates seletivos possam chegar aos 700 exemplares, quando há um ano se cifravam entre os 400 e os 600. Estes números revelam que a espécie continua a aumentar assim como os danos e reclamações. No entanto, até hoje, não foi

divulgado qualquer relatório oficial.

O ICNF, sobre o número de animais existentes, diz apenas que “a população na Serra da Arrábida continua numerosa e relativamente estável”, situação que obriga à continuidade das operações de controlo. Esta é, no entanto, uma resposta que não satisfaz os grupos ambientalistas, que pretendem conhecer os estudos existentes que determinam o número de exemplares em liberdade e os locais de maior densidade.

Contactado pelo Semmais,



José Paulo Martins, da Zero, entende que não se pode considerar como razoável ou descabido o número de abates autorizado sem antes se saber qual a real quantidade de existências. “Temos ouvido falar muito e, muitas vezes, sem sentido. O javali não é nenhuma espécie invasora e andou por todo o país quase sempre.

A exceção foi quando a peste suína africana atingiu tais proporções que durante anos foi quase impossível efetuar um avistamento. Mas esta não é uma espécie exótica e não pode ser exterminada apenas porque sim”, diz.

Também Luís Silva, da Quercus, entende não ser possível emitir qualquer parecer

sobre o problema enquanto o ICNF não tornar públicos os dados existentes. “Sem esses valores não é legítimo afirmar se o número de abates autorizado é ou não razoável”, afirma.

José Paulo Martins entende, por outro lado, que suportadas por dados concretos, as campanhas de controlo populacional (este ano o ICNF já autorizou 85) podem ajudar a minimizar prejuízos e, por isso, não vê qualquer obstáculo na realização de batidas: “O ideal seria que o javali tivesse predadores, o que não é o caso. O lobo desapareceu da Arrábida há cerca de 100 anos e a sua reintrodução é impensável, até porque não existe espaço para isso, tamanha é a ocupação populacional. Só os caçadores podem combater o problema, mas para isso são necessárias regras. Todos sabemos como, há alguns anos, se processava a caça no país. Era tudo abatido. Na Arrábida até o gato bravo desapareceu”. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Demolições e realocações são necessárias para travar avanço do mar na Costa da Caparica

Técnicos da Universidade Nova fazem estudos e lembram legislação há muito aprovada. Desde 1958 o mar engoliu 258 metros de costa. A Cova do Vapor, por ter muita habitação clandestina, e a Fonte da Telha, onde há muitos bares e apoios de pesca ilegais, são as zonas visadas.

OS ESTUDOS existem e estão legalmente fundamentados há muitos anos: As habitações e outras construções ilegais existentes na orla marítima do concelho de Almada, nomeadamente entre a Cova do Vapor e a Fonte da Telha, podem ser demolidas ou realocadas para evitar que o mar continue a invadir, destruir e engolir as dunas e as praias. Neste momento está a ser efetuado um novo estudo que confirma as anteriores conclusões. Travar a erosão costeira, que nos últimos 68 anos roubou 258 metros de terra e praias, é o grande desafio que está a ser travado pela câmara municipal, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pelo ICNF. O anúncio de mais de uma centena de demolições pode estar para breve.

“Existe fundamentação científica e legal para fazer a realocação de habitações clandestinas na Cova do Vapor e na Fonte da Telha. Neste último local serão afetados, sobretudo, bares e edifícios de apoios de pesca”, explicou ao Semmais o investigador da Universidade Nova de Lisboa, José Carlos Ferreira.

“O que estou a dizer não é nenhuma conclusão final. Trata-se apenas de relembrar o que já está estabelecido legalmente, suportado por um conjunto alargado de estudos, e que poderá ser aplicado caso a autarquia, a APA e o ICNF assim o entendam como necessário para travar a erosão causada pelo avanço do mar”, adiantou.

José Carlos Ferreira entende que estas medidas podem ser decisivas, mas realça que existem outras que têm de continuar a ser executadas para que o mar não continue a erodir a zona costeira do concelho de Almada: “A reposição de areia nas zonas submersas das praias do concelho, operação que está a decorrer, é uma medida que poderá revelar-se eficaz por um período até cinco anos. Parece-me, no entanto, que também se deveria dar mais atenção a outros aspetos, nomeadamente a preservação anual de paredões e espigões. Manter estas estruturas conservadas anualmente iria servir para prevenir a custos, provavelmente, menos elevados”.

O perito na Universidade Nova, entidade com quem a câmara de Almada fez



IMAGEM DR

um acordo há menos de dois anos para que fossem determinadas medidas preventivas, entende que não será fácil atribuir um valor para os trabalhos a realizar. “É necessário determinar todos os trabalhos a executar, qual o número de habitações a demolir e qual o número de estruturas a realocar”, afirmou.

“Parece-me que a situação mais grave é, neste momento, a da Cova do Vapor. Ali existem casas de habitação, ao contrário do que acontece na maior parte das situações contabilizadas na Fonte da Telha, onde a principal tarefa será transferir de local os bares e apoios de pesca”, adiantou. “É preciso que as pessoas entendam que a ocupação ilegal de diversas zonas, como as da costa, não podem ser toleradas e até recompensadas. Por isso, entendo que será totalmente legítimo, até porque está legalmente suportado, que sejam demolidas as habitações ilegais”, disse o professor universitário que tem integrado a equipa encarregue de fazer os estudos.

Neste momento a APA está a concluir o preenchimento de praias na Costa da Caparica. Ao todo estão a ser utilizados um milhão de metros cúbicos de areia que foram retirados do Tejo. Do mesmo local onde, desde a década de 1950, as entidades nacionais se abasteceram de areia e inertes para utilização na construção civil e de grandes empreendimentos, como por exemplo as barragens. Prevê-se que estes trabalhos, estimados em cerca de nove milhões, possam travar o avanço do mar durante cinco anos. Nas últimas tempestades, ocorridas em janeiro e fevereiro, a ondulação na costa atingiu os seis e sete metros, enquanto que ao largo chegou aos 15 metros. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PUBLICIDADE

AGRICULTURA | FLORESTA | PECUÁRIA | GARRAIDA | ESPETÁCULOS MUSICAIS E EQUESTRES
GASTRONOMIA | SHOWCOOKING | PRODUTOS REGIONAIS | COLÓQUIOS | ESPAÇO NATURA

santiago 2026

XXXVIII FEIRA AGROPECUÁRIA E DO CAVALO

28 a 31 de maio
Santiago do Cacém

DOWNLOAD DA APP
Google Play Store | Apple App Store

FOTO: SILVÉSTER SANTOS

28 22h 30	29 23h 00	23h 15 30
CARLÃO	RAQUEL TAVARES	TAXI
		22h 15 31
		QUIM BARREIROS
28 24h 00	DJ RMG	30 22h 05
JORGE GANHÃO E BANDA	22h 05 29	VIRALATA
DJS FATHER AND SON MUSIC FOR OPEN MINDS	00h 30 29	30 00h 45
		DJS CAMACHOS
		30 02h 00
		DJ WILSON HONRADO

CELEBRAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA
VEM DANÇAR COM A BLUEY

31 | 11h | 30

ORGANIZAÇÃO: SANTAGO DO CACÉM
PATROCÍNIO: CA, ADL, EFP

MINISTÉRIO DEVERÁ ANUNCIAR DECISÃO EM DEZEMBRO

Barreiro é candidata a Capital Portuguesa da Cultura 2028



O património industrial, a memória e uma identidade muito própria de um concelho onde se cruza atividades históricas com outras contemporâneas é um trunfo de uma candidatura que já reúne o apoio de dezenas de individualidades e entidades.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A **CIDADE** do Barreiro é candidata a Capital Portuguesa da Cultura em 2028. Não sendo a localidade típica repleta de museus e castelos é, no entanto, uma terra repleta de memória e identidade própria feitas por uma população diversificada. A ideia, acarinhada pelo município, recolheu já o apoio de dezenas de individualidades e entidades privadas.

“Não somos o óbvio, quando aferidos os padrões normalmente utilizados para caracterizar a palavra cultura, mas temos efetivamente características que nos fazem acreditar que podemos candidatar o município a esta distinção. O Barreiro é uma cidade antiga, com muita história, com muita memória que deve ser lembrada e com uma identidade muito própria, fruto da sua população”, explicou ao Semmais a vereadora Sara Ferreira, responsável pelo pelouro da Cultura.

A responsável municipal diz que a diferenciação que se pode encontrar no concelho, marcado por forte atividade operária mas também por

ofícios e especialidades relacionados com a pesca e com a agricultura, pode servir para fazer a diferença. “O potencial cultural existe e, felizmente, já conseguimos reunir um grande número de pessoas e entidades que pensam do mesmo modo. Foram essas mesmas pessoas e entidades que lançaram o desafio da candidatura. Realçaram as diversas formas de expressão artística existentes e lembraram que no Barreiro também existem atividades eruditas e contemporâneas que podem e devem ser valorizadas”, referiu.

ENTIDADES CONCELHIAS UNIDAS EM TORNO DO PROJETO

“Acredito que esta será uma candidatura vencedora. De momento já nos encontramos a trabalhar com diversos agentes culturais da cidade, no sentido de em Setembro podermos ter tudo preparado para submeter o nosso projeto. Não tenho conhecimento de outros municípios que já se tenham candidatado a Capital da Cultura Portuguesa em 2028, mas acre-

dito que em dezembro, quando o Ministério da Cultura anunciar a decisão final, sejamos escolhidos”, adiantou a mesma vereadora.

A candidatura do Barreiro integra, entre outros, o historiador Pacheco Pereira e o artista Vihls, mas também Jorge Cardoso, diretor da Companhia Arte Viva, o músico e professor universitário Jorge Moniz, Jorge Quintas, da Fundação Amélia de Mello, Carla Pacheco, presidente da Associação para o Desenvolvimento de Artes e Ofícios, ou Rui Dâmaso, da associação cultural O.U.T.R.A.

Em declarações públicas, o presidente do município, Frederico Rosa, salientou a importância de reunir o maior número possível de entidades em torno da candidatura, lembrando que por norma a distinção é entregue a capitais distritais. “Existem projetos diferenciadores e estruturantes, nomeadamente o novo aeroporto e a terceira travessia do Tejo, que tornam ainda mais sustentável a candidatura do Barreiro”, adiantou. ■



Autarquia do Seixal investe 11 milhões de euros em cinco creches

Os novos equipamentos terão 460 vagas e deverão acabar por suprir as carências do concelho. Presidente da Câmara explica que é um investimento inédito e que beneficia uma zona que continua a aumentar a população.

A **CÂMARA** Municipal do Seixal resolveu reforçar num milhão de euros o apoio concedido a diversas entidades do concelho para a construção de cinco novas creches. O investimento para estes equipamentos atinge assim os 11 milhões de euros, a que se juntam, para cada edifício, mais 336 mil euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“Com este investimento, que é generalizado e afeta todo o país, o município do Seixal conclui um investimento que, creio, é incomparável no distrito e, possivelmente no resto do território nacional”, explicou ao Semmais o presidente da edilidade. Paulo Silva garante, por outro lado, que com estes novos equipamentos o concelho acaba por suprir uma carência que há muito era sentida.

“Acredito que depois destas cinco creches estarem concluídas, assim como outras cujos trabalhos já se iniciaram anteriormente, acabam os problemas de falta de espaço para colocar as crianças do concelho. Isto apesar de sermos uma zona muito povoada, com muitas crianças e em constante

crescimento. É uma medida muito importante para acabar com as desigualdades sociais e para melhorar a qualidade de vida das populações”, adiantou ainda o autarca.

As cinco creches agora contempladas com mais um milhão de euros haviam sido igualmente beneficiadas com dois milhões cada qual. Localizam-se, de acordo com a autarquia, em Paio Pires (a cargo da Santa Casa da Misericórdia do Seixal), Pinhal do Conde da Cunha (Centro de Assistência Paroquial de Amora), Pinhal do General (Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Fernão Ferro) e Pinhal de Frades e Torre da Marinha (ambas a cargo do Centro Paroquial de Bem-estar Social da Arrentela)

Para além destes novos equipamentos, cada qual com capacidade para 92 crianças, perfazendo um total de 460 vagas, Paulo Silva lembra também que se encontram em fase de execução as creches de Miratejo (com um investimento municipal de 1,3 milhões de euros) e, para breve, a creche do Foguetreiro. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Acesso às praias da Arrábida causa ‘tumulto’ político em Setúbal

O MOVIMENTO “Setúbal de Volta” defende o modelo de acesso às praias da Arrábida para esta época balnear como um “compromisso com a segurança e sustentabilidade ambiental”, depois da medida, aprovada com os seus votos favoráveis e do Chega, ter sido criticada pelo PS e CDU.

Salta à vista na proposta, entre outras questões, que, a partir de quinta-feira, fica apenas permitido o acesso através de transporte público (excecção de veículos autorizados) e que o estacionamento da Figueirinha está apenas disponível para viaturas dos funcionários das concessões balneares e com dístico de deficiente e veículos de duas rodas.

“Esta é uma decisão de responsabilidade. Optámos por seguir as recomendações das entidades de proteção e segurança e não facilitar. A última coisa que queríamos era ter de

fechar a circulação a meio da época balnear porque tinha havido um acidente trágico”, reitera Maria do Carmo, vice-presidente da câmara de Setúbal.

Ao Semmais, a autarca salientou que as intervenções em curso, como a estabilização de encostas entre a Praia de Albarquel e à Praia da Figueirinha só devem “terminar depois da época balnear”, condicionando a circulação. Esclarece ainda que para a elaboração deste plano foram consultadas entidades como PSP, GNR, Proteção Civil, Capitania do Porto de Setúbal e Polícia Marítima.

Também ao nosso jornal, foi revelado que está assegurado, junto da Transportes Metropolitanos de Lisboa, o reforço das carreiras para as praias, nomeadamente as quatro linhas em funcionamento – 4470, 4471, 4474 e 4477 – todas integradas no passe Navegante. Ao fim de semana, a linha 4474 irá



circular com frequências de 10 minutos nas horas de ponta, e a 15 minutos nos restantes períodos.

Questionado pelo Semmais sobre esta proposta, Fernando José, vereador do PS, fala numa “medida radical” que reflete a “inércia na resolução deste pro-

blema”. “Há anos que se deixa arrastar esta questão e nem a CDU com Dores Meira conseguiu resolver. Não é admissível que os setubalenses, em veículo próprio não se consigam deslocar à Comenda ou à Figueirinha”, diz, aludindo a outras soluções como a criação de um

passo específico que permita o acesso gratuito às praias e uma travessia marítima entre a cidade e a praia da Figueirinha.

Já Nuno Costa, único vereador da CDU, afirma estar-se perante uma “postura arrogante do executivo”, que se faz valer do Chega. “Não houve uma discussão séria e alargada. A medida devia ter sido apresentada previamente e nem tivemos acesso a toda documentação, como um tal parecer que dizem ter feito a Proteção Civil.”, afirmou ao nosso jornal.

O Semmais também ouviu António Cachaço, representante do Chega, que refutou as críticas dos outros partidos: “Desde a campanha que afirmamos que tudo o que fosse apresentado na câmara e considerássemos ser positivo para Setúbal que votaríamos favoravelmente”. ■

TEXTO DAVID MARCOS

PUBLICIDADE

VII FEIRA QUINHENTISTA

2026

TORRÃO

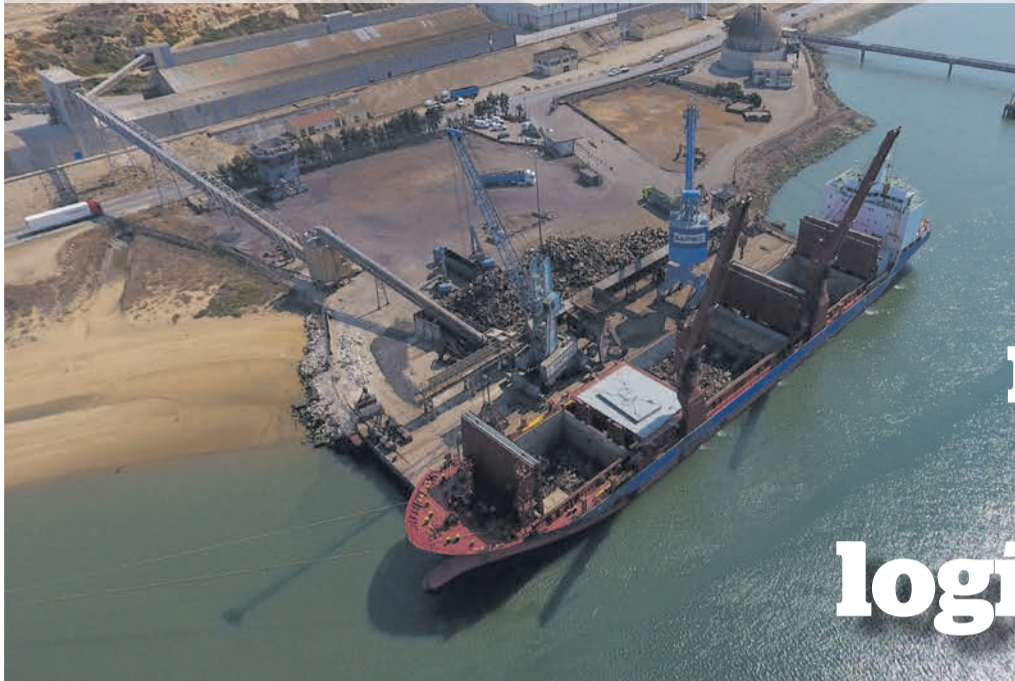
AO TEMPO DE BERNARDIM RIBEIRO

5 A 7 JUNHO

Acampamentos civil e militar | Cortejo quinhentista | Artes e ofícios | Animação infantil
Torneios a cavalo e apeados | Espetáculos circenses | Quinta dos animais | Teatro



VÍTOR CALDEIRINHA QUER ACELERAR DECISÕES PARA PORTUGAL NÃO PERDER RELEVÂNCIA PORTUÁRIA



“A concorrência já não é entre portos, é entre cadeias logísticas completas.”

Em 2025, o sistema portuário Lisboa-Setúbal movimentou quase 18 milhões de toneladas de carga e cerca de 640 mil TEU, reforçando o peso estratégico da frente atlântica portuguesa. Ao mesmo tempo, a Estratégia Portos 5+ prevê cerca de 4 mil milhões de euros de investimento até 2035, com forte participação privada e novas concessões em preparação. Vítor Caldeirinha, presidente dos portos de Lisboa e Setúbal e coordenador da equipa técnica de acompanhamento da Estratégia Portos 5+, defende uma transformação profunda da gestão portuária portuguesa, acelerando investimento, intermodalidade, sustentabilidade e capacidade de decisão. Nesta entrevista, sobre as suas áreas de influência, fala sobre concessões, ferrovia, dragagens, Mitrena, cruzeiros, concorrência ibérica e o risco de Portugal perder escala logística atlântica.

ENTREVISTA RAUL TAVARES

O Governo alterou os prazos máximos das concessões portuárias para até 75 anos. O que muda realmente?

O essencial não foi alterar a natureza do modelo. O que foi realmente mudado, e isso é decisivo, foi uma condição fundamental para tornar o sistema mais competitivo: o prazo máximo das concessões. A alteração legislativa passou esse horizonte para 75 anos, o que cria condições completamente diferentes para amortizar investimentos pesados e atrair capital privado de longo prazo.

Isso era uma limitação séria?

Claramente. Muitos terminais portugueses deveriam ter recebido investimentos estruturais há cinco ou dez anos e hoje enfrentam limitações em capacidade, equipamentos, layout operacional, acessos, sustentabilidade e produtividade. A Estratégia Portos 5+ nasce precisamente desse diagnóstico.

Ou seja, é preciso recuperar atraso?

Exatamente. É necessário lançar novas concessões, aumentar capacidade, modernizar infraestruturas e mobilizar investimento privado em escala relevante. Estamos a falar de cerca de 4 mil milhões de euros de investimento previstos até 2035.

O conceito de concessão também muda?

Tem de mudar. Uma concessão já não pode limitar-se à cedência de uma área portuária para exploração. Cada concessão deve funcionar como instrumento de política económica, logística, industrial e ambiental.

Em termos concretos?

Com obrigações claras de investimento, produtividade, digitalização, ferrovia, descarbonização, eficiência energética, qualidade de serviço e integração territorial. Lisboa e Setúbal servem diretamente a maior concentração populacional e económica do país. Estamos a falar de áreas portuárias de enorme dimensão: Lisboa





como referência nacional no segmento automóvel.

Os portos portugueses concorrem demasiado entre si?

Às vezes, sim. Portugal perde se colocar os seus portos a competir desordenadamente pelos mesmos tráfegos, destruindo valor e escala.

A Estratégia Portos 5+ tenta corrigir isso?

Sim. Define uma lógica de especialização: Sines na grande escala e contentores intercontinentais; Leixões no Norte industrial; Lisboa na carga urbana, short sea, ilhas e cruzeiros; Setúbal e Aveiro na indústria, ro-ro, carga geral, project cargo e reparação naval.



“Sem ferrovia eficiente, os portos perdem competitividade”

A ferrovia continua a ser o ponto fraco dos portos portugueses?

Continua a ser um ponto crítico. Ainda não funciona como solução regular, competitiva e totalmente integrada com os terminais e o hinterland industrial. A ligação ferroviária aos portos tem de deixar de ser vista como complementar e passar a fazer parte da proposta de valor dos portos

Isso já afeta a escolha dos carregadores?

Claro. Hoje a escolha do porto depende do custo porta-a-porta, da fiabilidade, do tempo e da pegada carbónica. Sem ferrovia eficiente, aumenta a dependência da rodovia e perde-se competitividade.

O que é prioritário em Lisboa e Setúbal?

Em Setúbal, a modernização da Linha do Sul e o reforço da ligação à Mitrena são decisivos para consolidar o porto como plataforma industrial e logística. Em Lisboa, a reorganização da zona oriental e a articulação com Alcântara devem incorporar a ferrovia desde o desenho dos terminais e das futuras concessões.

Portugal já perde carga para portos ibéricos por causa disso?

Sim, sempre que os custos logísticos totais tornam mais atrativas alternativas com melhores ligações interiores.

A intermodalidade vai passar a ser obrigatória nas concessões?

Deve passar a ser KPI contratual, sempre que tecnicamente viável.

Em que ponto estão os processos de dragagem?

As dragagens de manutenção são absolutamente essenciais para garantir segurança, regularidade e competitividade. Sem manutenção dos canais, os portos perdem capacidade, flexibilidade operacional e competitividade



“A Mitrena deve ser vista como uma plataforma industrial atlântica”

Qual é o objetivo do novo procedimento para o Terminal da Mitrena?

Preparar com rigor técnico, jurídico, financeiro e ambiental uma nova concessão de serviço público para uma das áreas mais estratégicas do Porto de Setúbal.

Qual é a dimensão do investimento previsto?

Cerca de 80 milhões de euros, orientados para modernização de infraestruturas, aumento de eficiência operacional, carga geral, granéis e diversificação de tráfegos.

A Mitrena não deve ser vista apenas como um terminal?

Exatamente. Deve ser encarada como uma plataforma industrial atlântica integrada no cluster do Sado.

Em que áreas pode crescer?

Carga geral, granéis, project cargo, energia, offshore, construção metálica, economia circular e ligação ferroviária.

E quanto ao estaleiro da Lisnave?

O novo enquadramento legal coloca a APSS numa posição central para preparar um futuro concurso internacional com potencial nas áreas da reparação naval, offshore, energia eólica, economia circular marítima e até dimensão dual-use.

com 31.600 hectares de superfície flúvio-marítima e Setúbal com cerca de 16 mil hectares marítimos. Isto são infraestruturas estratégicas nacionais.

Há intenção de atrair novos operadores internacionais?

Sim, claramente. Mas sempre com defesa do interesse público e valorização dos ativos nacionais.

A concorrência já não é apenas entre administrações portuárias?

Não. Hoje a concorrência é entre cadeias logísticas completas, integradas com armadores, operadores ferroviários, plataformas interiores, indústria, energia e tecnologia. Portugal compete com Algeciras, Valência, Barcelona, Vigo, Huelva ou Marrocos, e esses sistemas decidem e executam rapidamente.

A governação portuária portuguesa ainda é lenta?

Precisa de ser mais ágil. E é precisamente isso que a Estratégia Portos 5+ pretende: acelerar execução, preparar concessões com antecedência e transformar ambição estratégica em investimento concreto. Numa frase: A governação portuária precisa de maior agilidade e capacidade de decisão.

Existe pressão real de capacidade nos terminais de Lisboa e Setúbal?

Existe, sim, mas capacidade não se mede apenas em hectares disponíveis. Mede-se em produtividade, equipamentos, acessos, profundidade, ferrovia, disponibilidade de cais, armazenagem, digitalização e articulação urbana e tempos de operação.

Os números já mostram isso?

Sim. Em 2025, Lisboa movimentou mais de 11,5 milhões de toneladas e 481.396 TEU. Setúbal movimentou 6,3 milhões de toneladas e 158.382 TEU. Em conjunto, estamos perto dos 640 mil TEU. Há escala, mas também margem de crescimento, desde que antecipemos investimentos que deviam ter sido feitos mais cedo.

Quais são hoje as prioridades em Lisboa?

Reorganizar a zona oriental, reforçar eficiência dos terminais de contentores e multiusos, preparar Santa Apolónia, estruturar o futuro dos granéis alimentares e acelerar projetos como Trafaria, Beato e Barreiro, articulando tudo com ferrovia, frente ribeirinha e Terceira Travessia do Tejo.

E em Setúbal?

Em Setúbal a pressão é sobretudo industrial. O ro-ro, a carga geral, os granéis, os contentores e o project cargo e ligação ao cluster do Sado têm enorme importância.

Setúbal consolidou-se no cluster automóvel?

Claramente. Em 2025 movimentámos 337 mil viaturas, o equivalente a cerca de 60% das novas matrículas nacionais através do terminal ro-ro. Isso reforça Setúbal



“Portugal perde se os seus portos competirem desordenadamente entre si”



“Um porto vive da sua acessibilidade marítima”

Muitas vezes são vistas apenas como manutenção técnica...

Mas não são. Um porto vive da sua acessibilidade marítima. Se os canais não forem mantidos ou os processos forem demasiado lentos, o porto perde capacidade de receber navios e torna-se menos atrativo.

Existem bloqueios ambientais?

Existem exigências ambientais totalmente legítimas, sobretudo no Tejo e no Sado. O problema é quando se confunde proteção ambiental com bloqueio administrativo.

Isso está a atrasar investimento?

Em alguns casos, sim. O excesso de demora em pareceres e decisões pode comprometer investimentos essenciais e transferir tráfego para portos concorrentes.

A profundidade atual já limita navios?

Em determinadas operações, sim. Mas não se trata de transformar Lisboa ou Setúbal em mega-hubs de contentores à escala de Algeciras ou Sines. Trata-se de garantir acessibilidades compatíveis com a vocação de cada porto.



“Sustentabilidade e competitividade já fazem parte da mesma estratégia”

O licenciamento ambiental está a travar investimento?

O licenciamento é indispensável. Lisboa e Setúbal operam em territórios urbanos e estuarinos muito sensíveis. O problema não está nas regras, mas na incerteza e na demora excessiva.

O investidor aceita exigência ambiental?

Aceita perfeitamente. O que não aceita facilmente é indefinição permanente.

Como estão os portos a responder às novas metas europeias?

Com projetos de OPS, eletrificação, energias renováveis, eficiência energética, monitorização ambiental, ferrovia, transporte fluvial e cláusulas ambientais nas futuras concessões.

Há também uma lógica de integração urbana?

Sim. Estamos a devolver zonas ribeirinhas às cidades de uma forma nunca antes feita.

Existe risco de perda de competitividade por excesso de regulação?

Existe risco se a regulação for imprevisível ou demasiado lenta. Mas também existe risco se os portos não se adaptarem às novas exigências ambientais.

Sustentabilidade e competitividade podem coexistir?

Hoje fazem parte da mesma estratégia. Um porto verde pode ser mais competitivo.



“Lisboa não deve querer apenas mais escalas. Deve querer melhores escalas.”

Lisboa já atingiu um limite aceitável no turismo de cruzeiros?

O turismo de cruzeiros é uma atividade económica muito relevante. Em 2025, Lisboa atingiu máximos históricos no turnaround, com mais de 206 mil passageiros e impacto económico direto superior a 80 milhões de euros.

O turnaround é particularmente importante?

Muito. Porque gera muito mais despesa local do que o simples trânsito.

Mas o crescimento deve continuar?

Sim, mas com inteligência. Lisboa não deve querer apenas mais escalas. Deve querer melhores escalas. Mais valor por passageiro e menor impacto ambiental.

O que significa isso?

Mais turnaround, maior valor por passageiro, menor impacto ambiental e melhor integração urbana.

Está em discussão limitar navios?

O foco principal está em gerir melhor fluxos, transporte, dispersão de visitantes e sustentabilidade ambiental.

O OPS é decisivo?

Absolutamente. A eletrificação dos cais é essencial para reduzir emissões dos navios atracados, e responder às exigências ambientais europeias.

Existe estabilidade laboral suficiente nos portos?

A estabilidade laboral é absolutamente fundamental para a competitividade portuária.

Porque a perceção de risco afasta tráfego?

Exatamente. Num mercado logístico global, a fiabilidade é tão importante como o preço.



“A automação deve ser instrumento de competitividade, não de rutura social”

A automação ameaça emprego?

Naturalmente, mas não deve ser apresentada apenas como ameaça. Vai reduzir tarefas repetitivas, aumentar segurança e criar novas necessidades em sistemas digitais, manutenção, dados, cibersegurança e operação remota.

O setor está preparado para essa transição?

Temos de antecipar a mudança, formar trabalhadores e negociar transições equilibradas. A modernização tem de ser acompanhada por qualificação profissional e diálogo social.

O diálogo social continua decisivo?

Sem dúvida. Portos modernos precisam de tecnologia, mas também de trabalhadores qualificados e envolvidos no futuro da atividade.

Os portos portugueses estão a perder carga para Espanha e Marrocos?

Existe uma concorrência ibérica e internacional muito forte. Espanha tem portos de grande escala e Marrocos está a investir agressivamente em capacidade portuária e logística.

Portugal corre o risco de perder relevância?

Corre, se não responder com investimento, acessos, ferrovia, digitalização, estabilidade operacional e rapidez de decisão.

Lisboa e Setúbal ainda têm vantagens competitivas?

Claramente. Em conjunto, movimentaram quase 18 milhões de toneladas em 2025 e cerca de 640 mil TEU. Servem diretamente a maior concentração populacional e industrial do país.

Como se complementam?

Lisboa é forte em contentores, short sea, ilhas, cruzeiros e abastecimento urbano. Setúbal destaca-se no ro-ro, indústria, carga geral, energia, Mitrena e reparação naval.

O que falta para Portugal afirmar-se como hub atlântico?

Falta sobretudo escala estratégica, coordenação e velocidade de execução.

Em termos concretos?

Melhor ligação entre portos, ferrovia, plataformas logísticas, indústria, energia e hinterlands interiores. Menos burocracia, mais digitalização, mais intermodalidade e concessões fortes.

A Estratégia Portos 5+ é a resposta a esse desafio?

É precisamente isso. São cerca de 4 mil milhões de euros de investimento, 75% privados, 15 novas concessões até 2035 e uma ambição clara de modernizar o sistema portuário português. Portugal tem localização, conhecimento e ativos relevantes. O desafio agora é transformar esse potencial numa plataforma atlântica integrada e competitiva. ■



“A Margem Sul pode e deve tornar-se em nova centralidade logística, industrial e económica”

O Porto de Lisboa está realmente a investir na intermodalidade?

Sim, em três dimensões: ferroviária, rodovia e via fluvial. Mas a intermodalidade não é apenas infraestrutura. É uma metodologia de gestão logística.

O que significa isso?

Significa desenhar terminais, concessões, gates, horários e sistemas digitais para reduzir tempos mortos, congestionamento, emissões e custos logísticos.

O Tejo pode ganhar um novo papel logístico?

Sem dúvida. Pode e deve. A navegabilidade até Castanheira do Ribatejo pode transformar o Tejo num corredor logístico sustentável, aproximando o porto das plataformas interiores e retirando pressão rodoviária da Área Metropolitana de Lisboa.

Isso está integrado na Estratégia Portos 5+?

Totalmente. A intermodalidade e

conectividade são pilares centrais, juntamente com investimento, digitalização, descarbonização e integração territorial.

E na Margem Sul, o que está em preparação?

Muita coisa. Vai passar por Trafaria, Barreiro, Almada, navegação fluvial, granéis, energia, logística, economia azul, mobilidade fluvial e integração metropolitana. O nosso conceito é que a Margem Sul não deve ser vista como periferia do Porto de Lisboa, mas como uma das principais reservas estratégicas do sistema portuário-metropolitano.

A Margem Sul ganha nova importância estratégica?

Claramente. Com a Terceira Travessia, o novo aeroporto, a alta velocidade, o metro e o futuro Parque das Cidades do Tejo, pode ganhar uma centralidade logística, urbana e económica completamente nova.

PUBLICIDADE

SESIMBRA

DIA 4 | QUI
AFONSO DUBRAZ

DIA 5 | SEX
ZUKA

DIA 6 | SÁB
ROMANA

DIA 7 | DOM
CANTOR DE SONHOS TRIBUTO

DIA 8 | SEG
ROSINHA

FEIRA FESTA

QUINTA DO CONDE

4 A 14 DE JUNHO

DIA 9 | TER
MARTIM E AMIGOS

DIA 10 | QUA
ALÍRIO

DIA 11 | QUI
FERNANDO CORREIA MARQUES

DIA 12 | SEX
FILIPE DELGADO

DIA 13 | SÁB
BADOXA

DIA 14 | DOM
NOVENTAMENTE



APÓIOS **SESIMBRA**



CONSULTE O PROGRAMA EM: WWW.SESIMBRA.PT E WWW.FEIRAFESTA.PT

REGRESSO À PROLIGA ESCRITO COM LETRAS DOURADAS

FC Barreirense coroa temporada com título nacional do CN1

Equipa orientada por Carlos Caetano, já com a subida de divisão garantida, bateu na final o Clube dos Galitos por 137-134, no agregado dos dois jogos.

TEXTO DAVID MARCOS

O FC BARREIRENSE coroou a sua excelente temporada de 2025/26 com a conquista do Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, depois de assegurar o regresso à Proliga, o segundo escalão do basquetebol nacional, apenas um ano depois de ter descido de divisão.

A conquista deste troféu aconteceu frente ao Clube dos Galitos, emblema da cidade de Aveiro, com a equipa orientada por Carlos Caetano a vencer no agregado dos dois jogos da final por 137-134. O título foi assegurado no último domingo com a vitória por 64-65, depois de no fim-de-semana anterior ter vencido em casa o mesmo emblema por 72-70. “O Galitos é uma equipa muito forte e, no ano passado, desceu de divisão, tal como nós e propôs-se a subir de imediato. Nunca colocámos a pressão de sermos campeões, porque o objetivo principal era subir de divisão, mas a conquista do título sabíamos que seria a cereja no topo do bolo. Era uma cereja, à



qual, dávamos muito valor”, refere o técnico ao Semmais.

Carlos Caetano fala num momento “inesquecível e muito especial”, em particular para uma equipa jovem e com atletas da casa que agora veem o seu nome escrito na pesada história do Barreirense na modalidade, onde conta, desde logo, com

dois títulos nacionais, conquistados nos anos 50. “Era muito importante vencer com esta geração. Temos por exemplo o Afonso Coelho e o Guilherme Paixão, miúdos que estão pré selecionados para a seleção de sub-20, que tinham estado presente em fases finais nacionais com o clube e nunca tinham

conquistado nenhum título nacional. Era importante que eles próprios passassem a ter algo ganho com o clube que os formou”, acrescenta o treinador.

FOCO EM IMPULSIONAR O FUTURO DO CLUBE

A conquista deste troféu, o regresso à Proliga e a pre-

sença de diversos jogadores jovens no plantel, muitos deles formados no clube, podem ser um autêntico dinamismo para a modalidade no emblema. “Tudo isto que estamos a viver é um farol para aqueles miúdos que estão na formação e têm a ambição de chegar à equipa principal. Nestes jogos conseguimos encher os pavilhões, levar muitos miúdos e vamos também aos treinos deles. É importante haver esta partilha e que os mais velhos possam ser referências para eles”, comenta Carlos Caetano.

Ainda sem o seu futuro definindo, o treinador demonstra disponibilidade para continuar pedindo “condições adequadas” para competir no segundo escalão e deixa também um aviso. “O ano passado começamos a preparar a época a 26 de maio e agora só temos eleições em junho. Isso é muito tarde para serem tomadas decisões. Temos de começar a preparar a temporada o mais rapidamente possível para, pelo menos, termos tranquilidade na Proliga. Há que fechar as contas desta época e rapidamente olhar para o futuro”, reitera o técnico. ■

Emblema do Barreiro deixa a elite do basquetebol nacional

Equipa orientada por Henrique Pina conseguiu apenas cinco triunfos no campeonato e desce de divisão três anos depois. Presença na final-four da Taça de Portugal foi o momento alto da temporada.

O GALITOS FC, a única equipa do distrito a militar no principal escalão do basquetebol nacional, não conseguiu obter a manutenção e na próxima temporada irá regressar à Proliga, divisão que tinha subido na temporada de 2023/24.

Dos 22 jogos disputados na Liga Betlic, o conjunto orientado por Henrique Pina, conseguiu vencer cinco, terminando a competição no último lugar com apenas 27 pontos. Em conversa com o Semmais, o técnico, de 54 anos, lamenta o desastroso arranque de temporada, que contou com cinco derrotas consecutivas. “Tivemos logo de andar atrás do

prejuízo e isso prejudicou-nos bastante na classificação final. O início era muito importante porque defrontamos emblemas do nosso campeonato, que também tinham o objetivo da manutenção, como o Esgueira, o Vasco da Gama, o Braga e até o Guimarães. Essas derrotas pesaram muito”, refere.

O treinador considera que o resultado da temporada ficou ainda afetado pelas condicionantes que existiram na construção do plantel, em especial pela dificuldade em inscrever os jogadores estrangeiros. “Temos boas condições, mas um orçamento humilde e os atletas estrangei-

ros influenciam muito o jogo. As novas regras de inscrição, com autorizações da AIMA, atrasaram muito a consolidação do plantel. A verdade é que quando conseguimos compor a equipa, a partir da 9.ª jornada, as coisas melhoraram e estabilizámos. Fomos muito competitivos, mas infelizmente não foi o suficiente”, explica.

Apesar de estar triste com a descida de divisão, Henrique Pina assinala aspetos positivos na temporada que passou, como o facto de ter conseguido potenciar alguns atletas. Brayden Carter, poste americano de 26 anos, foi por exemplo MVP da Fase Regu-



lar. “É sinal de que nem tudo o que foi feito foi negativo. Um grande jogador, que se adaptou, esteve connosco desde o início da época e demonstrou o seu valor. Fico desgostoso e lamento a descida de divisão, mas fico contente por termos conseguido dinamizar a equipa e tornado alguns jogadores do Galitos apetecíveis no mercado”, entende o treinador.

O momento alto do Galitos esta temporada foi a presença nas meias-finais da Taça de Por-

tugal, onde foi eliminado pelo FC Porto, depois de ter batido emblemas como SC Braga e Sampaense. “Ficamos muito orgulhosos. Ganhámos ao Braga que, por exemplo, eliminou o Benfica. Depois frente ao FC Porto sinto que fomos muito competitivos e dignificamos o clube. Fizemos boas exibições e é sinal de que nem todo o trabalho foi mau”, conclui Henrique Pina. ■

TEXTO DAVID MARCOS

GALA DE ÓPERA COM A METROPOLITANA DE LISBOA ENTRE OS DESTAQUES

“Amores & Humores” inspiram Festival dos Capuchos

A música erudita e canto lírico voltam a passar por palcos como o Convento dos Capuchos, Teatro Joaquim Benite e Auditório Fernando Lopes-Graça.

TEXTO DAVID MARCOS

O **FESTIVAL** dos Capuchos, um certame que leva novamente a Almada figuras de referência da música erudita e do canto lírico, arrancou no último sábado e estende-se até ao dia 24 de junho. Um dos momentos altos da programação é a realização de uma Gala de Ópera no Parque da Paz. Em palco, no dia 20, vão estar a Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direção musical de Pedro Neves, com a soprano Anna Samuil e o tenor Peter Sonn. “Esta gala vem na sequência do concerto de encerramento que fizemos no ano passado também naquele lugar e com a Orquestra Metropolitana de Lisboa. Foi o primeiro ao ar livre e reuniu cerca de cinco mil pessoas. Uma das missões do festival é democratizar o acesso a este tipo de música e de tocar novos públicos”, disse ao Semmais Filipe Pinto Ribeiro, diretor artístico do certame.

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, o festival volta a ter como palcos, além do Parque da Paz, espaços como o Convento dos Capuchos, o Teatro Joaquim Benite e Auditório Fernando Lopes-Graça, dedicando-se nesta edição ao tema “Amores & Humores”. “Pensámos em algo mais pessoal, mais in-



timo, mas que fosse também mais universal. Chegámos a esta complementaridade na dualidade entre amores, no sentido das paixões e dos afetos, mas também dos vários tipos de humor, bem-humorado, o satírico e irónico, que também dizem respeito ao estado de alma. Além do ‘eros’, do romantismo e do amor que foi marcando as várias épocas musicais, a introdução do humor pretende desconstruir a ideia de que a música clássica é séria, grave e profunda, que não pode ser divertida e hilariante”, explica o mesmo responsável.

Nesse sentido, o certame promove “O Carnaval dos Animais”, este sábado, no Teatro Joaquim Benite que coloca em palco o DSCH Schostakovich Ensemble e a atriz Maria Rueff; o espetáculo comemorativo do 30.º aniversário dos “Mnozil Brass”, no dia 3 de junho na mesma sala,

e ainda o melodrama “Richard Strauss – Enoch Arden”, com narração da atriz Rita Blanco e interpretação do pianista Nuno Vieira de Almeida, no Convento dos Capuchos.

Entre as restantes atividades, destaque para as já habituais “Conversas dos Capuchos”, com a curadoria de Carlos Vaz Marques, que este ano são dedicadas ao centenário da morte de Camilo Pessanha, aos 300 anos da publicação de “As Viagens de Gulliver” e a uma reflexão literária sobre o tema do festival.

Esta edição encerra no dia 24 com um “Pósludio nos Capuchos”, um concerto que junta em palco Filipe Pinto-Ribeiro (piano), Diana Tishchenko (violino), Kyril Zlotnikov (violoncelo), para interpretarem peças de Joseph Haydn, Carlos Azevedo, Rodion Shchedrin e Felix Mendelssohn. ■

Festival Sementes promove mais de duas dezenas de espetáculos

O **TEATRO** Extremo promove até ao dia 7 de junho mais uma edição da Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, o Sementes, certame que já se realiza há mais de três décadas. Este ano conta com mais de duas dezenas de espetáculos, além de outras atividades ligadas ao mundo do espetáculo, literatura e artes.

Com uma programação inteiramente dedicada às crianças e famílias, o festival, que partindo de Almada passa por Palmela, Loures e Montemor-o-Novo, volta a ser palco para diferentes manifestações artísticas com o teatro, clown, música, artes circenses e de rua, acolhendo companhias e estruturas nacionais e internacionais. “Um dos diferenciais que procuramos é levar os

espetáculos para a rua, para tornar o festival mais democrático e inclusivo”, diz Rui Cerveira, diretor artístico do Sementes, ao Semmais.

Este fim-de-semana o certame promove no Teatro-Estúdio António Assunção, em Almada, os espetáculos “Quixote e Pança, Sonhadores de Mundos” (sábado), “Fábulas de Pedro Faro” e “A menina e o boizinho” (domingo). Ainda no sábado, também em Almada, o Largo Gabriel Pedro, recebe o espetáculo “A Bailarina”. No domingo, no Solar dos Zagallos, oacolhe o espetáculo clown e de teatro físico “Sem Destino”, num espaço que contará ainda com a Biblioteca Itinerante do certame e com uma atividade de colagens e pinturas intitulada “Memórias Magnéticas.

Na programação há ainda a destacar a apresentação do livro “Questionar os Limites”, que irá decorrer no dia 6 de junho na Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea de Almada e que além de assinalar o percurso do Sementes, sublinha os 30 anos de história do Teatro Extremo. “Somos uma companhia que nos dedicamos à infância e juventude. As crianças são os adultos de amanhã e acreditamos que a arte pode ter um papel importante no pensamento político e social. Acredito que o festival está sempre atual, renovado e contemporâneo. Tem os seus altos e baixos, mas precisamos de estar cá e dar espaço a estes artistas e temas”, conclui Rui Cerveira. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Agenda



“EVA”

A **NONA Companhia** leva ao Cinema Teatro Joaquim D’Almeida uma criação que reflete sobre a condição da mulher contemporânea. O projeto aborda temas como a identidade, a liberdade, a força coletiva e os desafios sociais e culturais.

Montijo

30 de maio, às 16h30



MAESTRO ANTÓNIO VICTORINO D’ALMEIDA

O **Auditório Maestro António Menino** recebe um dos nomes maiores da música portuguesa. Em perspetiva um concerto intimista, sem programa fechado e sem barreiras entre o artista e plateia, onde a palavra e a música caminham lado a lado.

Alcochete

30 de maio, às 21h00



“FADO SOLIDÁRIO”

Promovido pela **Incrível Almadense e Toia Oliveira**, vários artistas juntam-se à onda solidária para com os afetados de Porto de Brandão. A esta causa associam-se nomes como Zezinha Marques, Silvino Albino, Márcio Vieira e Luís Caeiro.

Almada

30 de maio, às 21h00



DIOGO PIÇARRA

No âmbito do certame “Soam as guitarras”, o cantor leva ao Fórum Luísa Todí um espetáculo acústico, íntimo e emocional. Acompanhado pelo guitarrista Francisco Aragão, o interprete revisita alguns dos temas mais marcantes do seu percurso.

Setúbal

30 de maio, às 21h30

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Uma liderança com rumo para os portos portugueses

Num setor tantas vezes marcado pela hesitação e pela ausência de visão estratégica, importa reconhecer lideranças capazes de decidir, executar e pensar o futuro. É esse o caso da atual presidência dos Portos de Setúbal e Lisboa.

A gestão liderada por Vítor Caldeirinha – que concede uma entrevista nesta edição – distingue-se por três características raras na administração pública portuguesa: capacidade de decisão, pragmatismo e visão estratégica. Mais do que gerir o dia a dia, tem sabido afirmar o papel dos portos na competitividade económica do país, na atração de investimento e na integração de Portugal nas cadeias logísticas internacionais.

Setúbal e Lisboa apresentam hoje uma orientação estratégica mais clara e consistente. Isso resulta de uma liderança que privilegia a execução sobre a retórica e que entende que os portos não podem continuar dependentes de modelos de governação burocráticos e excessivamente condicionados pelos ciclos políticos.

A recente nomeação de Vítor Caldeirinha para coordenador da equipa técnica de acompanhamento da Estratégia Portos 5+ representa um reconhecimento natural da competência e credibilidade conquistadas no setor. Esta estratégia poderá ser decisiva para modernizar profundamente a gestão portuária portuguesa, reforçando a autonomia, a inovação e a competitividade internacional dos portos nacionais.

No caso de Setúbal, esta visão não é nova. Já na sua anterior passagem pela presidência do porto ficaram definidos caminhos estratégicos claros para o desenvolvimento da infraestrutura, entretanto interrompidos após a mudança de governo e pelas opções diferentes de quem lhe sucedeu. O tempo veio, contudo, confirmar a atualidade de muitas dessas prioridades: reforçar a competitividade logística, captar investimento e afirmar Setúbal como peça central da economia exportadora portuguesa.

Há lideranças que apenas gerem o presente. E há lideranças que deixam rumo, visão e estratégia. A atual liderança dos Portos de Setúbal e Lisboa tem demonstrado exatamente isso.



ANTONIO REGUENGOS
ECONOMISTA CONSELHEIRO

Prestes a cumprir 800 dias de ocupar o cargo de Primeiro-Ministro (PM) que balanço se pode fazer dos governos de Luís Montenegro?

Comecemos pela economia. Há cerca de duas semanas, surgiu a notícia do alerta que o Conselho de Finanças Públicas (CFP) para o desvio nas contas públicas e para o otimismo no cenário económico do Governo para 2026.

O Conselho de Finanças Públicas concluiu, no parecer que acompanha o relatório anual de progresso sobre a execução do plano orçamental de médio prazo, enviado pelo Governo no passado dia 30 de abril, a Bruxelas e ao Parlamento, que as projeções do Governo para um crescimento económico em 2026 de 2% estão “acima de todas as previsões pontuais consideradas” e “no limite superior do intervalo de confiança”, o que se traduz, de acordo com o CFP num “enviesamento em alta”, com implicações diretas na credibilidade das projeções orçamentais.

Quanto aos preços, o Governo projeta uma inflação de 2,5% no corrente ano. Na opinião do Conselho de Finanças Públicas, “existe elevada probabilidade de uma evolução superior à apresentada” destacando, para isso, o impacto do aumento dos preços da energia e os seus efeitos indiretos sobre os preços alimentares e a inflação subjacente.

No que concerne aos preços da energia, temos visto a fraquíssima atuação do Governo em matéria fiscal, nomeadamente nos impostos que incidem sobre os combustíveis. A diferença está à vista quando comparamos os preços com o país vizinho, com diferenças a chegarem a mais de 30 centimos por litro, onde o governo decidiu atuar firmemente na carga fiscal sobre estes produtos.

Em conclusão, o estado da economia em Portugal não é brilhante, nem pouco mais ou menos.

Bem, talvez a saúde esteja melhor.

Segundo um estudo recentemente apresentado pelo economista Eugénio Rosa sobre o estado do Serviço Nacional de Saúde (SNS), numa década, quase 860 mil pessoas ficaram sem médico de família, perfazendo um total de um milhão e seiscentas mil pessoas sem médico de família em março do presente ano. Esta é uma das conclusões deste estudo que descreve um SNS asfiziado e à beira do colapso.

Os dados oficiais, num diagnóstico feito pela Administração Central do Sistema de Saúde, mostram um SNS em ‘estado crítico’: os utentes das unidades públicas de

O (MAU) ESTADO DA NAÇÃO

saúde receberam este ano menos cuidados médicos; as consultas nos centros de saúde ou nos hospitais e as cirurgias diminuíram em comparação com 2024 e 2025; e, para piorar ainda mais o cenário, aumentaram a lista de espera e a demora cirúrgicas, o trabalho extraordinário e os gastos.

O que fez o PM na passada semana? Inaugurou uma unidade de saúde privada.

Quanto à saúde, também não se augura nada de bom.

Bem, mas os números do emprego estão relativamente bem. O inquérito ao emprego do Instituto Nacional de Estatística revelam que as taxas de desemprego continuam relativamente baixas, tendo sido estimada em 6,1% no primeiro trimestre deste ano (acréscimo de 0,3 p.p. comparativamente ao 4º trimestre de 2025 e inferior em 0,5 p.p. por comparação com o mesmo trimestre do ano anterior). Não é mau de todo, são os números menores desde 2011. A maior preocupação continua a ser o desemprego jovem que verifica uma taxa superior a 18%.

O que fez o Governo nesta matéria? Refere que precisamos de reformas. Mais concretamente, uma reforma na legislação laboral, ou como se chama comumente o “novo pacote laboral”. Este pacote laboral traz, entre várias outras medidas, uma porta aberta aos despedimentos sem justa causa, maiores dificuldades na conciliação entre vida familiar e profissional, outsourcing e facilitação do trabalho informal e não declarado. Acresce, ainda, a facilitação da criação de bancos de horas, permitindo que a jornada diária aumente até 2 horas e um aumento dos prazos. Já no que diz respeito aos contratos a termo (ou a prazo, como geralmente são conhecidos) os limites máximos seriam alargados aumentando ainda mais a precariedade no mercado. Uma medida que mais penaliza aqueles que agora acedem ao mercado laboral: os jovens.

Utilizando a linguagem da batalha naval, mais “um tiro na água”.

Bem, mas já que falamos de jovens, as coisas estão melhores na habitação nestes últimos 800 dias, não estão?

Infelizmente, não. Os preços da habitação continuaram a subir. As famílias portuguesas e não só os jovens, verificam que as percentagem dos seus rendimentos consumida pelos custos com a habitação tem subido cada vez mais. As medidas que o Governo lançou, no ano passado, mas também já este ano, de forma a atenuar a crescente dificuldade de acesso à habitação, nomeadamente a descida do IVA para 6% na construção/reabilitação de casas a preços moderados (atualmente até 660.982 euros) e a redução da taxa de IRS para senhorios para 10%. O pacote inclui também o agravamento do IMT para não residentes e o reforço da garantia pública para jovens até 35 anos.

Já no que diz respeito ao arrendamento, renda moderada é aquela que não ultrapasse 2,5 vezes o salário mínimo nacional previsto para 2026, fixado em 920

euros, ou seja, o limite mensal de referência situa-se nos 2.300 euros. Considerar que uma família consegue adquirir um imóvel de mais de 600.000 euros ou suportar uma renda mensal de 2.300 euros é não ter noção nenhuma das remunerações do “português comum”.

Portanto, na habitação as coisas também não têm bom aspeto.

Ah, mas a coordenação do Governo é boa. “A governação da crise revelou insuficiências de coordenação, clareza e interoperabilidade”. Foi esta a conclusão que consta do relatório da Presidência Aberta do presidente da República, António José Seguro, à região centro.

Este relatório, que já foi entregue aos grupos parlamentares, realça a ideia de que a governação da crise foi insatisfatória e citando o documento “expôs debilidades no aviso, na comunicação de risco, na articulação entre níveis da administração”.

Aliás, a falta de coordenação na gestão de crises já se verificou quando ocorreu o “apagão” em abril de 2025. Nessa altura, chegou a ser equacionado pelos governantes que os seus motoristas utilizassem viaturas oficiais para se deslocarem a postos de combustível, encherem alguns jerricans (bidões de combustível) e seguirem a correr para a Maternidade Alfredo da Costa.

O que funciona bem, então? A comunicação do Governo. A comunicar o que faz e o que não faz.

A nova estrutura, formalmente designada Secretaria-Geral Adjunta para a Comunicação Institucional, é liderada por Daniel do Rosário, antigo jornalista e porta-voz da Comissão Europeia em Portugal.

Segundo a revista Sábado relatou, a equipa de Daniel do Rosário deverá ter cerca de uma dezena de pessoas entre fotógrafos, videógrafos e copywriters, os quais têm como função alimentar o portal do Governo, sendo, também, requisitados para apoiar os ministérios que não “conseguiram contratar pessoas para a comunicação ou que escolheram não o fazer para poupar nos seus orçamentos”.

Todos os ministérios passaram a alimentar canais próprios com a agenda dos governantes, pontos de informação e até “fact check, uma rubrica tipo polígrafo onde o Governo lança a informação e, simultaneamente, a classifica como verdadeira ou falsa. Aliás, o Sindicato dos Jornalistas já veio mostrar o seu desagrado tendo acusado o Executivo de “usar dinheiros públicos para se substituir aos jornalistas”.

E é este o (mau) Estado da Nação, quando se tem um Governo centrado na propaganda e a (não) governar para os cidadãos.

Honestamente, e para bem dos portugueses e de quem nos escolheu para estudar, viver ou trabalhar, só espero que Montenegro não consiga cumprir a legislatura até ao fim.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa, / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais



EURIDICE PEREIRA

DEPUTADA PS
NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Está-se a assinalar 4 meses das tempestades que devastaram territórios.

O Município de Alcácer do Sal identificou prejuízos em estradas, edifícios municipais, equipamentos de utilização coletiva, enfim, situações sob a sua alçada, na ordem dos 80 milhões de euros. Valor mais do dobro de 2 orçamentos municipais executados.

Até agora recebeu da administração central cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais um valor de 600 mil euros de adiantamento. Migalhas no contexto das necessidades, mas que teve o despropositado auto elogio do Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Castro Almeida.

Acresce que a autarquia aguarda que seja desbloqueado o contrato programa, segundo a Unidade de Missão há 2 meses no Ministério, para que sejam pagos os monoblocos alugados que alojaram 17 famílias cujas casas inundaram.

Os impactos da lentidão das decisões do Governo são prejuízos reais para o restauro da normalidade nos concelhos, em particular nas situações mais prementes.

Alcácer do Sal é disso exemplo. Depois da mediatização e dos contactos iniciais, o desaparecimento. Não perguntam sequer o que se passa.

GOVERNO DA AD RESPONDE MAL ÀS CRISES

Leiria é outro caso, o principal, com a Marinha Grande, na dimensão da devastação.

O Município identificou mais de 193 milhões de euros de prejuízos da sua esfera, recebeu 11 milhões até agora e já investiu 37, dos quais 4 milhões em IVA que retorna ao Estado e encolhe o adiantamento para 7 milhões, menos de 5% do desastre.

Dar nota que não são conhecidos os fundamentos que sustentam a chave de repartição das verbas entre os territórios afetados. A não ser esclarecido é fácil deixar ideia de opacidade.

Aliás, é fundamental que seja publicado um relatório, por concelho, sobre a dimensão dos danos. Este passo é imprescindível para que se assegure proporcionalidade no caminho para a recuperação dos territórios afetados. É muito difícil entender como é que 4 meses depois não exista esta diligência concretizada, até porque é essencial para a aplicação do PTRR-Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

Sabe-se que as tempestades provocaram atrasos na execução de empreitadas financiadas pelo PRR-Plano de Recuperação e Resiliência. O Governo deu

garantias que se prendem com empréstimos ao BEI, mas a 3 meses de terminar o Plano subsistem dúvidas significativas para que os Municípios saibam as 'linhas com que se cosem'.

Os Municípios, aqueles que foram eficazes e fizeram tudo o que podiam e ainda lá estão, todos os dias, querem, justificadamente, saber com o que podem contar.

Certo, passados 4 meses, é que há pessoas isoladas sem comunicações e acesso à televisão, crianças a terem aulas na igreja, bombeiros em tendas e sem rede para estabelecer comunicações, casas sem telhado e pessoas sem condições financeiras de os colocar, comerciantes, nomeadamente restauração, sem programa de auxílio e a desesperarem com o passar do tempo e empresários que encontram resposta apenas no endividamento adicional

Está visto que o Governo da AD responde mal às crises. Vejam-se as poucas e restritas medidas sobre os impactos financeiros da guerra e a lentidão com que estão a lidar com os efeitos das violentas agressões meteorológicas. Imagine-se o que seriam a lidar com uma pandemia... (melhor nem sequer imaginar!).



Porto de Setúbal

Um lugar único, onde a Sustentabilidade impulsiona a Inovação.

O Porto de Setúbal com a sua estratégia 2035 transforma a sua localização privilegiada e as suas grandes áreas de expansão num Hub económico sustentável e parte imprescindível de cadeias logísticas sustentáveis de base para a localização de novos clusters da reindustrialização verde e das novas energias, onde a inovação e as novas tecnologias geram valor, competitividade e sustentabilidade.

portodesetubal.pt



Seja responsável, beba com moderação. opdl.

POR TRÁS DE 1000 PRÉMIOS HÁ SEMPRE GRANDES VINHOS.

Por de trás dos vinhos da Adega de Pegões há condições únicas que explicam o seu sucesso.

Privilegiada pela sua localização entre as reservas naturais dos estuários do Tejo e Sado e a serra da Arrábida e bafejada por um clima de influência Mediterrânica é favorecida por um "Terroir" único que permite criar grandes vinhos, reconhecidos mais de 1000 vezes nos últimos 12 anos pelo mundo fora.

O resto é o saber do homem e sua vontade inesgotável de vencer.

